Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 130
8 A 14.11.95

Primeiro-ministro de Cabo Verde em entrevista ao PÚBLICO

'Espero ser reeleito com maioria absoluta'

PÚBLICO, 14.11.95

Jorge Heitor

Carlos Veiga, de 46 anos, líder do MpD (Movimento para a Democracia) e primeiro-ministro de Cabo Verde, afirma ter como objectivo uma maioria absoluta nas legislativas de 17 de Dezembro, de modo a ficar, se possível, com mais de 40 dos 72 deputados. E anuncia que o seu país está já a ter um crescimento económico anual da ordem dos 4,5 por cento.

O advogado que desde 1991 dirige o Governo caboverdiano, Carlos Veiga, declarou ao PÚBLICO que espera ganhar as eleições legislativas do próximo mês. Fez um balanço positivo da sua própria administração e destacou a atenção dada aos sectores sociais, nomeadamente à Educação e à Saúde.

Antes das visitas que, a partir de hoje, efectua em Lisboa ao Presidente Mário Soares, ao primeiro-ministro António Guterres, aos candidatos presidenciais Cavaco Silva e Jorge Sampaio e ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, concedeu-nos uma entrevista de que damos o essencial.

PÚBLICO — Quando está em vias de terminar um primeiro mandato de cinco anos, sente-se pronto para outro?

CARLOS VEIGA — Sinto. O objectivo do MpD é a maioria absoluta, relativamente folgada. Gostaria de ter mais de 40 dos 72 deputados.

P. — Julga que o Partido da Convergência Democrática (PCD), saído de uma cisão no MpD, alterou bastante o panorama político em Cabo Verde, ou nem por isso?

R. — A corrida é a cinco, mas, dentro de determinada perspectiva, continua a ser a dois. O debate vai dar-se essencialmente entre o MpD e o PAICV.

P. — O que é que distingue esses dois partidos?

R. — As grandes linhas de um regime democrático são aceites por todos os partidos. A diferença essencial situa-se sobretudo no plano económico. Nós defendemos uma economia em que o papel determinante pertence à iniciativa privada, uma economia aberta ao investimento externo e em que o Estado não tenha o papel de agente económico directo, mas sim de organizador, de incentivador, de definidor das regras e de garante do cumprimento das mesmas. O PAICV continua bastante ligado à ideia da economia com predominância do sector público, ao ponto de não ter sido capaz de aceitar o conceito claro de economia de mercado. Inventou uma economia nacional de mercado, que não se sabe muito bem o que é. Não aceita muito bem a ideia de investimento externo, considera que poderá pôr em perigo a independência do país.

P. — O vosso partido é liberal e o PAICV social-democrata?

R. — Não é verdade. A nossa política social, se calhar, é mais socialista do que tudo aquilo que o PAICV fez em 15 anos. Assegurámos assistência a cerca de 50 mil pessoas, consideradas dos estratos vulneráveis. Nunca esse número foi atingido. Nós damos uma refeição quente a cerca de 81 mil alunos do ensino básico. Construímos casas para gente pobre, entramos com 80 por cento e as câmaras com 20 por cento. Instituímos uma pensão social para os trabalhadores idosos das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, jornaleiros, empregados nas obras públicas, para lhes assegurar um mínimo de subsistência. Antigamente aos 60 anos essas pessoas eram mandadas para casa... Trinta por cento das despesas públicas são em sectores sociais, com a Educação e a Saúde a absorverem cerca de 23 por cento, com a Educação a ultrapassar os 16 por cento.

P. — Acontece que o exercício do poder pelo MpD não tem sido muito conhecido no exterior.

Continua na pág. seguinte

Moçambique entrou na Commonwealth

PÚBLICO, 12.11.95

A COMMONWEALTH, associação constituída à base de países que foram colónias britânicas, abriu ontem formalmente as suas portas a um território lusófono, Moçambique, durante a cimeira que decorreu na Nova Zelândia e onde esteve presente a rainha Isabel II da Inglaterra.

O primeiro-ministro neozelandês, Jim Bolger, disse em conferência de imprensa que a organização "acolheu calorosamente" Moçambique, "um caso especial e único", pois que as fronteiras terrestres do mais populoso dos PALOP são com seis estados de língua oficial inglesa: África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia.

A pátria de Eduardo Mondlane, Samora Machel, Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, onde aliás se conduz pela esquerda, tal como na Grã-Bretanha e na África do Sul, "manifestara um forte desejo de entrar na Commonwealth", recordou Bolger.

Os Camarões, onde se fala oficialmente francês e inglês, também foram admitidos este mês na grande família dos territórios onde se fez ou se faz sentir a influência britânica. Tendo-lhe o nome sido dado no fim do século XV pelo português Fernando Pó, estiveram de 1884 a 1918 colonizados pela Alemanha, foram depois disso partilhados pela França e pela Inglaterra e em 1961 transformaram-se em "República Unida".

A cimeira dos últimos dias marcou igualmente o regresso da África do Sul, que precisamente naquele ano de 1961 se afastara da Commonwealth, por esta não concordar com a sua política de "apartheid", ou segregação racial.

Quanto a Moçambique, desde há muito que tem fortes laços com uma série de países onde se fala oficialmente inglês, sendo inclusive a porta de saída para territórios do hinterland, como o Zimbabwe e o Malawi, de onde partem vias férreas que se dirigem respectivamente aos portos da Beira e de Nacala.

As próprias províncias sul-africanas de Transval Setentrional, Transval Oriental e Gauteng, bem como o reino da Suazilândia, têm no porto de Maputo o canal mais viável para as suas exportações e importações. ■

Cont. da pág. anterior

'Espero ser reeleito com maioria absoluta'

R. — Se calhar, tivemos um défice em termos de "marketing" político. A nossa acção é perfeitamente conhecida em Cabo Verde.

P. — No princípio, julgava-se que o MpD era fundamentalmente uma frente de oposição ao anterior regime e que depois se fragmentaria. Mas, afinal, tem-se aguentado, apesar da cisão registada [que deu origem ao PCD]...

R. — A cisão acabou por ser muito benéfica para o MpD. Permitiu um reforço da coesão e um reforço da sua própria dinâmica. Permitiu dar uma resposta muito rápida, muito incisiva, a um leque imenso de expectativas criadas em 1990. A maioria absoluta está ao nosso alcance precisamente porque pudemos dar resposta positiva a um grande número de expectativas. Pudemos cumprir o essencial das nossas promessas. Soubemos instituir um poder local democrático, com um dinamismo extraordinário, que, de parceria com o Governo, tornou possível realizar um conjunto imenso de pequenas coisas.

P. — O nome de Movimento para a Democracia não está em certa medida ultrapassado?

R. — Vamos manter a designação por várias razões. Primeiro, porque, de facto, o processo de construção da democracia é dinâmico e permanente. A democracia está sempre a ser aperfeiçoada. Estamos ainda numa fase de transição para a democracia. Por outro lado, o MpD já é uma referência para o povo cabo-verdiano e mudar de nome implicaria criar um problema a nós próprios.

P. — Em Cabo Verde, desde sempre, as secas constituem um problema.

R. — A seca é quase permanente em Cabo Verde, mas conseguimos coexistir com ela. Houve, desde 1991, um programa para dotar os municípios de autotanques, de pesquisa de águas subterrâneas e de criação de reservatórios. Há sempre um mínimo de pasto e, quando não há, importamos. E, quando não há emprego nos campos, devido à seca, abrimos as Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, que dão um salário baixo, mas regular, a uma média de 20 mil pessoas. Organizamos assim os trabalhos públicos, orientados para a realização de infra-estruturas económicas e sociais, que possam permitir depender menos do clima. Ao mesmo tempo, acreditamos que Cabo Verde deve ser um país prestador de serviços, que podem ir desde a indústria para a exportação aos que aproveitam as infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. E estamos a criar condições para o investimento privado em áreas como o Turismo e as Pescas, que têm potencialidades efectivas em Cabo Verde.

P. — De onde é que o investimento externo começa a chegar?

R. — Sobretudo da Europa. De Portugal, mas também de Itália, de Espanha, nos sectores do turismo, do calçado, do processamento do pescado.

P. — Tem-se avançado na dessalinização da água do mar?

R. — Muito. A Praia vai ter o dessalinizador a funcionar a partir do dia 15. O de São Vicente foi modernizado. A ilha do Sal também é servida por dessalinizador, tal como a da Boavista.

P. — Os recursos pesqueiros são só para consumo externo ou também para exportação?

R. — Exportamos lagosta e peixe de fundo, embora numa quantidade ainda reduzida em relação ao potencial que temos. Mas queremos também trabalhar no sentido de os nossos próprios barcos poderem pescar nas águas dos países vizinhos.

P. — Qual é a população residente em Cabo Verde?

R. — A volta de 350 mil habitantes.

P. — E no exterior?

R. — Pensa-se que será o dobro. Só nos Estados Unidos, há para cima de 300 mil cabo-verdianos e, em Portugal, entre 70 mil e 100 mil. Nestas eleições, os deputados pela emigração aumentam de três para seis.

P. — Qual o vosso nível de crescimento económico?

R. — Em 1992, foi 2,9 por cento; em 1993, foi 4,3; em 1994, foi de 4,5; e, este ano, pensamos que se manterá por esse nível.

P. — E o produto interno bruto "per capita"?

R. — Andará à volta dos 800 dólares [perto de 120 contos].

P. — A quanto monta a dívida externa?

R. — 180 milhões de dólares [à volta de 27 milhões de contos], na sua maior parte contraída a longo prazo, com largos períodos de carência e juros baixos.

P. — E a taxa de analfabetismo?

R. — Andará à volta dos 16 por cento. Mas aumentámos a escolaridade obrigatória para seis anos e pretendemos chegar aos nove.

P. — Como é que estão quanto a desemprego?

R. — É difícil de dizer. Subiu, de 1980 para 1990, de cerca de 20 para cerca de 25-26 por cento. Os estudos feitos pelo regime anterior previam que, em 1995, haveria uma taxa de 40 por cento e que o ritmo de criação de empregos baixaria. A verdade é que este ritmo aumentou, há muito mais construção civil. Pensamos que a taxa de desemprego não terá aumentado significativamente, mas também não diminuiu. ■

Tudo pronto para as eleições

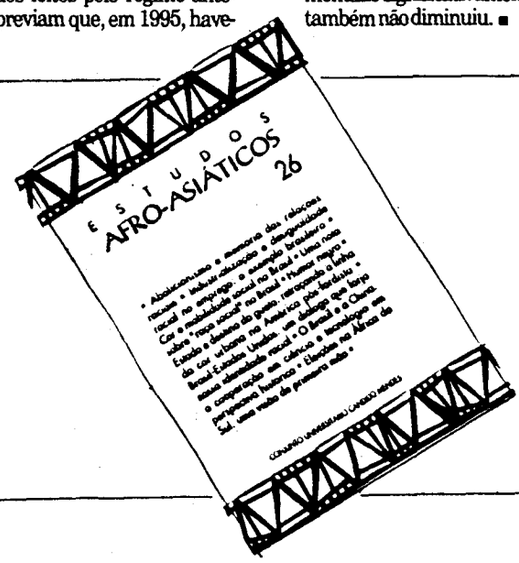
AS ELEIÇÕES legislativas em Cabo Verde, que chegaram a estar um pouco em dúvida, vão mesmo decorrer a 17 de Dezembro, conforme marcado há três meses pelo Presidente António Mascarenhas Monteiro. O bloqueio institucional que vinha ensombrando o calendário eleitoral foi sanado na sexta-feira da semana passada pelo Parlamento, que teve de se reunir em sessão extraordinária, pela última vez. Ao fim de várias horas, foi aprovado um aditamento à Constituição pelo qual é suspensa a aplicação do artigo 102º, que estabelece que, em ano de eleições, não se deve alterar a legislação eleitoral.

Posto isto, pelo menos no caso das eleições legislativas, os partidos políticos encontram-se já em plena actividade eleitoral, embora a campanha propriamente dita só comece na semana que vem. A visita privada que desde domingo à noite está a ser efectuada a Portugal pelo primeiro-ministro Carlos Veiga, presidente do Movimento para a Democracia (MpD), enquadra-se precisamente nesse âmbito e ocorre depois de o secretário-geral do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), Aristides Lima, e de o vice-presidente do Partido da Convergência Democrática (PCD), Jorge Carlos Fonseca, terem feito o mesmo.

Para além de contactos com os novos governantes portugueses, os políticos cabo-verdianos têm aproveitado as suas deslocações a Lisboa para sensibilizar os compatriotas radicados em Portugal no sentido de participarem na escolha dos deputados. De três em 1991, a emigração irá agora eleger seis dos 72 representantes do povo, cabendo dois ao círculo eleitoral da Europa e os restantes aos círculos da África e das Américas.

Também de dois partidos em 1991, passa-se desta feita a cinco forças políticas: MpD, PAICV, PCD, União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID) e Partido Social Democrático (PSD). Porém, apenas as três primeiras irão concorrer em todos os 25 círculos eleitorais, o que pode também ser um sinal seguro de que a luta se irá processar essencialmente entre esses partidos. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia



UNITA

Moderação e reservas

PÚBLICO, 17.11.95

ISAAC WAMBEMBE, representante da UNITA em Portugal, declarou ao PÚBLICO que os 70 deputados daquele partido deverão ocupar os seus lugares no Parlamento de Angola durante o primeiro trimestre de 1996, mas que ainda há uma série de etapas a cumprir antes de se concretizar o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

Com uma linguagem mais moderada do que a que costumava ser utilizada até há perto de um ano pelo Galo Negro, Wambembe lembrou, no entanto, que ao longo dos próximos meses ainda é preciso não só aquartelar perto de 50.000 homens do seu próprio partido como, também, que as forças do Governo regressem aos seus quartéis, que a Polícia de Intervenção Rápida seja reduzida e que se recolha o armamento na posse de civis.

Ponto a que também deu muita importância foi o do repatriamento de todos os mercenários estrangeiros que alega estarem ao serviço das autoridades angolanas e mais de uma dezena dos quais teriam sido mortos em escaramuças, havendo agora quatro deles como prisioneiros, a libertar em breve: dois sul-africanos e dois britânicos.

Nas primeiras declarações formais que nos fez desde que há dois meses e meio substituiu Adalberto Costa Junior (este foi para número dois da delegação em Washington), Isaac Wambembe, um angolano de 40 anos, natural do Bailundo, manifestou-se relativamente optimista quanto ao cumprimento do Protocolo de Lusaca, sem no entanto deixar de sublinhar as etapas que falta cumprir até meados de 1996.

Para que os atrasos não continuem e o aquartelamento possa completar-se, se possível, durante o primeiro trimestre do próximo ano, encontram-se actualmente em Luanda, em diálogo com o Governo, no âmbito da Comissão Conjunta, o diplomata Abel Chivukuvuku e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben".

Chivukuvuku foi aliás designado representante especial da direcção da UNITA junto da Presidência de Angola, enquanto Jonas Savimbi e os demais dirigentes não julgarem reunidas as condições para se poderem instalar na capital, designadamente no que diz respeito a garantias de segurança. Mas Wambembe insistiu em que ainda não há qualquer escolha quanto à pessoa que, em nome do Galo Negro, ocupará uma das vice-presidências. Até porque o chefe do Estado, José Eduardo dos Santos, ainda não enviou qualquer carta a formalizar o convite, só tencionando fazê-lo quando o processo de aquartelamento estiver bastante mais adiantado.

Isaac Wambembe

Galo e Manuvakola

Por outro lado, Isaac Wambembe desejou corrigir uma citação que o PÚBLICO fizera no último fim de semana da recente entrevista do líder da UNITA à TV2 portuguesa: quem poderá ir para o Governo de Unidade Nacional como ministro é o anterior secretário-geral do partido, Eugénio Manuvakola, e não o actual, Lukamba Paulo Gato. Mas, de qualquer modo, ressalvou ser por enquanto prematuro falar no nome dos ministeriáveis.

Só daqui a alguns meses é que deverá haver de facto designações para os lugares que o Galo Negro tem a ocupar na vice-presidência da República, nos ministérios, nas embaixadas, nos governos provinciais, nas administrações municipais e nas comunais. Por enquanto, insistiu o entrevistado, o balanço da aplicação do Protocolo de Lusaca é positivo, mas há que apressar o cumprimento das etapas ainda em aberto. E a Comunicação Social estatizada deverá acabar de uma vez por todas com ataques violentos a forças da oposição.

Quanto à unificação de todas as tropas existentes no país, a UNITA defende que o total previsível de quase 190.000 homens deve dar progressivamente lugar dentro de um máximo de três anos, por desmobilização, a não muito mais do que 50.000, enquanto a parte governamental aponta para um Exército final de 90.000.

Noutros passos da conversa com o PÚBLICO, Wambembe disse que "jamais a UNITA fará guerra contra o povo de Cabinda", pois que o diálogo com os independentistas é possível; e que Portugal tem um papel importante a desempenhar na reconstrução de Angola, graças ao seu "património humano". ■

Jorge Heitor

ÁFRICA AUSTRAL

EXPRESSO, 18 11.95

Onze países unem polícias

OFICIAIS superiores da polícia de 11 países da África Austral decidiram constituir uma organização regional do sector, destinada a coordenar as suas actividades no combate ao crime organizado, esforço que contará com a assessoria técnica da Interpol, através de um gabinete baseado na capital zimbabweana, Harare.

Em reunião realizada nos dias 6 e 7 deste mês em Midrand, na África do Sul, os responsáveis da Polícia do país anfitrião, Moçambique, Angola, Botswana, Tanzânia, Lesotho, Malawi, Suazilândia, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe formalizaram a criação da Organização Regional para a Cooperação dos Chefes da Polícia da África Austral (ORCCPAA), projectada num encontro do género realizada em princípios deste ano em Victoria Falls, no Zimbabwe.

Como forma de envolver todos os países da região neste esforço, os representantes das 11 nações reunidas na África do Sul decidiram enviar convites de adesão à ORCCPAA aos governos das Maurícias e Madagáscar, duas ilhas com uma superfície total de 589.088 quilómetros quadrados, situadas ao longo do canal de Moçambique.

O objectivo da ORCCPAA é basicamente o combate aos sindicatos do crime organizado em emergência ou consolidação na região, que se dedicam nomeadamente ao tráfico de estupefacientes, contrabando de armas de fogo de diversos calibres, roubo de viaturas, gado, lavagem de dinheiro e imigração ilegal. Estes desenvolvimentos surgem numa altura em que a África do Sul se afirma aspirante a «leão» num cenário onde este e a «ovelha» se preparam para coabitar. Em declaração pública, o chefe do Estado-Maior general das Forças Armadas de Defesa da África do Sul, general George Meiring, disse na semana passada que **«todas as indicações»** apontam para um maior desenvolvimento das SANDF na administração da segurança da África Austral.

A Polícia da África do Sul (SAP) e a PRM já desenvolveram acções conjuntas, nomeadamente partulhamento, busca e destruição de armas em território moçambicano envolvendo meios humanos e materiais incluindo helicópteros da polícia sul-africana.

A análise consta de um relatório anual, o primeiro a ser publicado na história sul-africana, e no qual Meiring preconiza que **«num mundo onde o leão e a ovelha se preparam ostensivamente para se deitarem juntos, ao lado um do outro»**, é do interesse da África do Sul ser... o leão.

Meiring adverte que a África Austral **«é uma região muito estável é extremamente vulnerável a acelaradores dormentes como a seca, excesso de população, pobreza, fome e doenças endémicas que, se não foram enfrentadas adequadamente, conduzirão a uma instabilidade séria na região, com consequências desastrosas»**.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

O novo mapa cor-de-rosa

EXPRESSO, 18 11 95

FERNANDO JORGE CARDOSO*

A JULGAR pelo tom de alguns comentários suscitados pela adesão de Moçambique à Commonwealth, estaríamos como que de regresso ao início do século, com o governo de Sua Majestade Imperial a conseguir, finalmente, alcançar os seus objectivos: transferir Moçambique da esfera da influência portuguesa para a da influência britânica.

Esta espécie de síndrome do mapa cor-de-rosa corresponde a leituras desadaptadas das realidades actuais de Moçambique e da África Austral — e, já agora, do próprio Reino Unido e de Portugal. Corresponde ainda a uma incapacidade de perceber que a evolução do sistema internacional coloca cada vez mais em causa a existência de «domínios reservados» de grandes (ou pequenas) potências.

É verdade que as principais ex-metrópoles coloniais mantêm relações mais ou menos intensas com os novos países independentes, e é óbvio que essas relações correspondem a interesses. Esta realidade não implica, no entanto, posicionamentos similares.

Contrariamente à França, cujo domínio das cimeiras da francofonia é praticamente incontestado, o Reino Unido, não obstante a manutenção de importante influência, não tem uma posição hegemónica na Commonwealth. Se a forma como decorreram as últimas cimeiras não fosse suficiente para o provar, a Cimeira de Auckland demonstra esse facto à evidência, com a dificuldade britânica de impor as suas teses sobre os dois assuntos mais discutidos: os testes nucleares franceses no Pacífico — cuja condenação, apesar da oposição britânica, aparece no comunicado final; e o caso do regime militar nigeriano, onde o Reino Unido teve dificuldades em fazer vingar tomadas de posição mais gradualistas (na realidade, os britânicos só não figuram juntamente com o regime militar da Gâmbia na recusa da expulsão da Nigéria porque alguns países influentes, nomeadamente a África do Sul, ajudaram o Governo britânico a fazer valer os seus pontos de vista).

Outro exemplo da força relativa das posições britânicas acaba por ser, precisamente, a entrada de Moçambique para a Commonwealth. Com efeito, essa entrada não correspondeu a um processo ou a um «timing» definidos pelos britânicos. O «lobby» e a proposta de adesão foram levados a cabo pelos países vizinhos, em particular pela África do Sul, beneficiando do apoio tácito dos restantes membros da associação.

A decisão, expressa no ponto 48 do comunicado da Cimeira, diz: **«Os chefes de Estado requereram ao secretário-geral a criação de um grupo intergovernamental para elaborar recomendações sobre critérios de adesão de futuras candidaturas. Entretanto, decidiram, a título excepcional, aceitar a candidatura de Moçambique a 53º membro da associação e saudaram calorosamente aquele país».** O primeiro período deste ponto poderia ter sido proposto pela delegação britânica, mas tenho dúvidas que pudesse ter acontecido o mesmo com o segundo.

Com ou sem a entrada na Commonwealth, com ou sem a entrada na adiada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a integração de Moçambique na África Austral — em particular a sua ligação à economia sul-africana — é um processo que se tem desenrolado desde finais do século XIX, através de fluxos migratórios, interligações de redes de transporte e aumentos dos níveis do comércio. O fim da guerra em Moçambique e do «apartheid» na África do Sul correspondem, nesta óptica, ao fim da instabilidade política e da insegurança que caracterizaram os últimos 20 anos e à criação de um novo ambiente propício ao crescimento das relações entre ambos os países e ao desenvolvimento da região.

Sejamos claros. Na África Austral a potência dominante não é o Reino Unido — é a África do Sul. E as relações da África do Sul com o Reino Unido têm sido desde sempre ambivalentes e muito conflituosas. Será que estes factos nos apontam Pretória como o verdadeiro «adversário» de Lisboa na luta por esferas de influência em Moçambique?

Depende da óptica. Para quem pense que Portugal tem interesse (e capacidade) em desenvolver práticas neocoloniais, ou para quem pense que um relacionamento privilegiado é sinónimo de um relacionamento exclusivo, será este o caso. Para quem pense que o aprofundamento das relações entre Portugal e Moçambique é complementar à participação de ambos os países em diversos organismos regionais ou internacionais e que um dos principais trunfos de Portugal reside precisamente na ausência de capacidades para a sustentação de políticas neocoloniais, não será seguramente este o caso.

A substituição de empresários portugueses por britânicos ou de outras nacionalidades poderá acontecer casuisticamente, por efeitos da competição internacional (ou da força de «lobbies»), mas não decorre da pertença do país à Commonwealth. Quando falamos em estratégias empresariais passamos do campo da cooperação ao campo dos negócios, onde existem, a par da concorrência, oportunidades — por exemplo, para encontrar parceiros com interesses e capacidades tecnológicas e financeiras complementares.

A forte implantação de empresas portuguesas em Moçambique é uma questão real, que tem que ser igualmente ponderada. No entanto, será talvez mais correcto analisar esta questão fora do quadro da Commonwealth, uma vez que a adesão não obriga Moçambique a adoptar o inglês como língua oficial — a Commonwealth é, aliás, uma organização sem estatutos ou regulamentos de funcionamento.

A adopção do português como língua oficial em Moçambique foi tomada desde a independência, e essa adopção não é contestada pelo actual Governo ou pelos partidos da oposição. Mais do que isso, a manutenção do português corresponde a interesses estratégicos das elites moçambicanas, uma vez que contribui para o esforço da identidade nacional. Este facto não é contraditório com a aprendizagem do inglês, o que corresponde a uma necessidade evidente, dado ser esta a língua veicular do relacionamento regional.

A entrada de Moçambique na Commonwealth não representa, à partida, uma derrota para a diplomacia ou para os interesses portugueses — a não ser numa óptica, irrealista, de criação de domínios ou esferas de influência reservados. Por outro lado, as políticas de cooperação portuguesa não têm que responder primariamente aos anseios ou necessidades dos moçambicanos — esta questão deixou de ser responsabilidade dos governos portugueses há cerca de 20 anos.

A participação de Maputo em diversos organismos internacionais é uma forma de aumentar a sua capacidade de manobra e, em alguns casos, de aceder a novas fontes de financiamento. Neste contexto, quer os avanços no processo de integração regional quer a adesão à Commonwealth, poderão acentuar a importância, para Moçambique, de pertencer e de aprofundar os laços com os futuros parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

*Investigador do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

EDITORIAL

EXPRESSO, 18.11.95

Para onde vai Moçambique?

A INTEGRAÇÃO de Moçambique na Commonwealth, decidida esta semana por Joaquim Chissano, tem um significado simbólico indesmentível.

Moçambique era uma das jóias da coroa do Império Colonial Português (embora fosse «psicologicamente» a colónia mais distante de nós) e a sua adesão à comunidade de países de língua inglesa não pode ter deixado de provocar um choque naqueles que defendem que o destino de Portugal não se esgota na Europa.

Estão por conhecer, porém, em toda a sua extensão, as consequências deste acto.

Será que Moçambique se vai afastar irreversivelmente de Portugal — ao ponto, por exemplo, de abandonar o português e adoptar o inglês como língua oficial?

Ou manterá sempre os laços culturais com Portugal — e a sua adesão à Commonwealth traduzir-se-á apenas na obtenção de benefícios económicos?

ESCREVEMOS, há umas semanas, que a relação de Portugal com os países de língua portuguesa é uma relação ambígua.

A verdade é que a comunidade das nações que falam o português é uma comunidade linguística e cultural, que dificilmente será uma comunidade económica.

Portugal não pôde evitar, por exemplo, que o Brasil se integrasse no Mercosul.

Como não poderia evitar, eventualmente, que Moçambique aderisse à Commonwealth.

A questão está em não confundir os dois planos, ou seja, conseguir que os eventuais desaires no campo económico — no qual Portugal não pode naturalmente competir com as potências — não prejudiquem o relacionamento normal com as ex-colónias da África e da América.

AO CONTRÁRIO do que se tem dito, a capacidade de Portugal para lidar com os países de língua portuguesa passa por não confundir o terreno económico com o terreno cultural — devendo o país ser capaz de defender as relações culturais mesmo em conjunturas económicas adversas.

Mal irá a comunidade de língua portuguesa se depender exclusivamente da débil capacidade de afirmação das nossas empresas e dos nossos empresários em terras de África ou do Brasil.

COMMONWEALTH

Grã-Bretanha e Índia contra entrada de Moçambique

EXPRESSO, 18 11 95

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA
enviado a Maputo*

NELSON Mandela foi o principal «advogado» da adesão de Moçambique à Commonwealth — soube o EXPRESSO junto de fontes diplomáticas acreditadas em Maputo. O Presidente sul-africano fez vingar as suas teses, contra as opiniões da própria Grã-Bretanha, representada pelo primeiro-ministro John Major, para que a adesão moçambicana fosse aprovada de imediato e não adiada para 1997, como pretendia o Governo inglês.

Mandela foi especialmente apoiado pelos outros países da África, com destaque para o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, e para os dirigentes do Uganda e Gana. A posição britânica, por sua vez, encontrou especial eco na Índia — cujo representante diplomático em Maputo admitia, ainda na semana passada, que o seu país se pronunciaria desfavoravelmente ao pedido de Moçambique. Também a Austrália e a Nova Zelândia, súbditos fiéis de Sua Majestade a Rainha, corroboraram as teses britânicas.

As reservas de Major radicaram no facto de Moçambique não ser um candidato natural, uma vez que neste país o inglês não é uma língua oficial (e muito menos nacional). Subjacente estava a preocupação de a abertura a Moçambique constituir um precedente, que não deixará de ser aproveitado por outros países candidatos. O primeiro-ministro britânico defendeu que os membros da Commonwealth estabelecessem critérios para ampliar, de futuro, a grande família dos países anglófonos. E que, daqui a dois anos, se avaliasse o cumprimento desses critérios por parte de Moçambique, para então aprovar ou não a sua adesão.

Garantir a estabilidade

O líder sul-africano pôs a tónica na necessidade absoluta de garantir a estabilidade, a paz e a segurança na região, bem como na especial responsabilidade e interesse da Commonwealth em contribuir para o desenvolvimento do país. De acentuar que Moçambique ocupa, desde há alguns anos, o primeiro lugar da lista dos países mais pobres do mundo e que lidera, igualmente, o «ranking» dos Estados que maior ajuda «per capita» recebem da comunidade internacional.

Para além da argumentação de Mandela, foi o seu enorme prestígio e peso crescente na cena política mundial que desequilibrou os pratos da balança. Em termos oficiais, a decisão da Commonwealth foi tomada por unanimidade.

Moçambique é o primeiro país de língua oficial não-inglesa a entrar na Commonwealth — a maior comunidade de base linguística existente. Antes, fora aberta uma excepção parcial para os Camarões, país que usa o francês e o inglês.

A adesão de Moçambique começou a ser defendida publicamente em alguns círculos internacionais logo a seguir ao acordo geral de paz, subscrito em 4 de Outubro de 1992 pelo Governo da Frelimo e pela Renamo. No final da cimeira da Commonwealth de 1993, em Chipre, o primeiro-ministro Pascoal Mocumbi (na altura ministro dos Negócios Estrangeiros) admitiu claramente a hipótese de uma adesão, num prazo não especificado. Nos últimos meses, o Presidente Joaquim Chissano fez um discreto mas eficaz trabalho de «lobbying» junto dos seus homólogos dos países que têm fronteira com Moçambique — África do Sul, Suazilândia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia, por sinal todos eles pertencentes à Commonwealth.

Diplomatas surpreendidos

Apesar de se saber que a cimeira da Nova Zelândia, que terminou na segunda-feira, iria debater o pedido de adesão de Moçambique, a generalidade dos observadores não acreditava que ela fosse aprovada de imediato. Diplomatas portugueses, em Maputo e em Lisboa, confessaram ao EXPRESSO terem sido apanhados completamente de surpresa. **«Sabia-se que o caso iria ser analisado, pela sua peculiaridade, mas nunca pensei que este desfecho, ainda que previsível a prazo, fosse imediato»**, disse um diplomata com grande conhecimento dos assuntos moçambicanos.

Igualmente surpreendida ficou a União Europeia. Especialmente irritada ficou a França, que ainda não tinha desistido de cativar Moçambique para a comunidade dos países francófonos — em cujas cimeiras Moçambique (e a Guiné-Bissau) chegou a participar com um estatuto idêntico ao de observador. Para enfatizar o seu desagrado, logo na segunda-feira, o embaixador de França em Maputo, ao ser recebido como membro da «troika» comunitária por Joaquim Chissano, começou por perguntar, em tom irónico e em inglês, se a audiência já decorreria nesta língua. A resposta, negativa, do Presidente de Moçambique teria sido dada no seu melhor francês. Só mais à frente a conversa passou a decorrer na língua usual — o português.

*com REFINALDO CHILENGUE

JOSÉ CRAVEIRINHA ao EXPRESSO

"A partir de agora sou lusófilo"

«A PARTIR de agora, não sou só lusófono; sou também lusófilo!», disse ontem ao EXPRESSO, na sua residência em Maputo, José Craveirinha, o maior escritor moçambicano, que não esconde as suas críticas à adesão à Commonwealth. Um dos melhores poetas vivos de língua portuguesa, Craveirinha há muito que previra (e temia) esta opção. **«Eles nunca desistiram desta cobiçada baiazita. Os ingleses, afinal, tinham razão — era questão de esperar.»** Quanto às consequências no domínio da língua e da cultura, o Prémio Camões de 1991 não tem ilusões: **«Os efeitos de tudo isto são como, por exemplo, os efeitos do buraco do ozono: não se fazem sentir já! Por mim, já não tenho tempo de mudar...»**

Nascido em Moçambique, em 1922, Craveirinha tem palavras amargas e desiludidas: **«Resta-me ainda o sabor agradável de ouvir dos nossos dirigentes a promessa de que não se trata de algo que possa molestar o primado, aqui em Moçambique, da língua de Portugal, Brasil, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.»**

Também a viúva de Samora Machel manifestou as suas reticências. Sublinhando não estar **«por dentro das instituições»**, Graça Machel afirma: **«A partida, não vejo muito bem as verdadeiras razões desta decisão, que me parece um pouco estranha.»** E lembra: **«Nunca fomos colonizados pela Grã-Bretanha e não temos laços históricos e culturais com a Commonwealth.»** Graça Machel admite, porém, que o Governo **«deve ter ponderado tudo muito bem»**.

Posição semelhante é a de Mário Coluna, que foi capitão das equipas de futebol do Benfica e da Selecção nacional portuguesa e que, com a independência, optou pela nacionalidade moçambicana. **«Não estou satisfeito com a decisão»**, desabafou Coluna, depois de ter visto pela RTPi o jogo de futebol entre Portugal e a Irlanda. **«Não nos podemos esquecer que Portugal nos deu a língua que nos faz entender, desde o Rovuma até ao Maputo»**, lembrou ainda.

A adesão de Moçambique à Commonwealth não teve praticamente impacte na Imprensa e na opinião pública deste país. Só depois de instados a pronunciarem-se é que os partidos tomaram posição: a Frelimo a favor, a Renamo contra. A Assembleia da República não foi sequer consultada sobre a celebração deste acordo. J.P.C.

POLÍTICA

Mandela omite Timor-Leste

Só com coração para Angola

PÚBLICO, 21.11.95

Do nosso enviado
Raul Vaz, em Pretória

Soares e Mandela estão de acordo sobre Angola e Moçambique. É preciso paz e ambos são cúmplices no processo. O problema é Timor. O presidente português levantou a questão, mas Mandela não respondeu. Nem uma palavra, num discurso com muitos elogios. Foi ontem, em Pretória.

Angola, Moçambique e Timor. Três referências a reter no discurso de Mário Soares, ontem, no banquete de honra oferecido ao Presidente português por Nelson Mandela, em Pretória. Angola e Moçambique, porque se "vive hoje uma atmosfera de esperança". Dito por Soares, porque "Portugal tudo continuará a fazer para ajudar a consolidação de paz nestes dois países, aos quais se sente ligado por estreitos laços culturais, linguísticos e de afecto". Dito a Mandela, um homem-chave no processo de paz em Angola, um interlocutor privilegiado de Moçambique, mais agora juntos pela Commonwealth. Foi um diálogo de duas pessoas que parecem conhecer-se há muito.

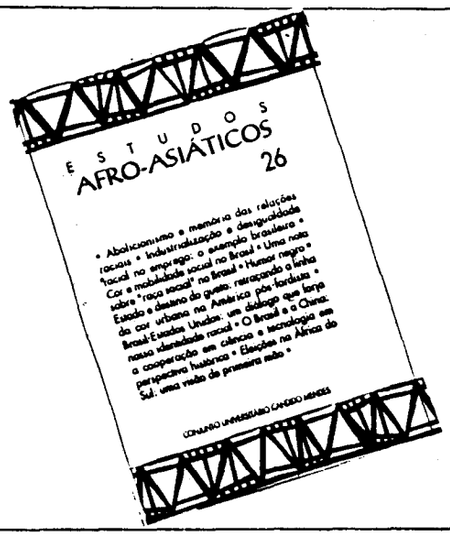
Mas houve a discordância que se temia. Sabia-se que Mandela dificilmente deixaria em branco Angola e Moçambique, havia muitas dúvidas sobre Timor. Confirmou-se o distanciamento do Presidente sul-africano na matéria — no seu discurso não se encontra uma palavra sobre Timor-Leste. Porquê, é fácil de adivinhar. O regime de Jacarta é um dos principais apoios financeiros do ANC, o partido de Mandela — uma questão que tem gerado discussão no seio do governo de Pretória, sobretudo quando se admite uma próxima viagem de Mandela à Indonésia. Há no Governo quem se justifique dizendo tratar-se de relações entre povos e não entre governos. Curioso, vindo de quem lutou sem desistir pela liberdade.

E foi quando falou do "primado do direito e no respeito pelas liberdades" que Mário Soares lembrou a "trágica situação criada em Timor-Leste pela ilegal ocupação da indonésia". Lembrando a Mandela que "o processo de descolonização foi brutalmente interrompido naquela antiga colónia portuguesa, em 1975., pela invasão e consequente anexação, contrariando os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e nas resoluções aprovadas pela ONU". Uma condenação clara do regime de Jacarta que não mereceu uma palavra de Mandela. Mesmo depois de Soares se mostrar convicto que haveria acolhimento: "Estou certo de que Vossa Ex^{a} e o povo sul-africano, que tiveram de travar uma longa luta para ver reconhecidos os seus direitos (...) não deixarão de juntar as vossas vozes à dos que insistem junto da Indonésia para que sejam garantidos a Timor-Leste os seus legítimos direitos". Nelson Mandela não juntou a sua voz, resta saber o que pensa o povo sul-africano.

O que Mandela não deixou de reconhecer foi a "posição única" de Portugal para a paz na África Austral e particularmente na "reconciliação nacional em Angola e Moçambique". Era esperado e aqui Mandela não desiludiu. Como o PÚBLICO ontem noticiou, a questão de Angola e Moçambique foi tema central do encontro a sós, ontem de manhã, dos dois presidentes. Um contributo que passa, no imediato, pela viagem de Soares a Angola, com início a 27 de dezembro e que se poderá prolongar por uma passagem de ano em Luanda. Profundo conhecedor dos problemas e interessado na resolução do conflito angolano, Mandela não deixou de fornecer os mais recentes dados ao presidente português, numa visita em que Soares e o Governo de Lisboa estão fortemente empenhados. Ontem, o secretário de Estado da Cooperação, José Lamego, desmultiplicou-se em entrevistas, confirmando a visita oficial de Soares a Angola.

No demais, o dia de ontem foi feito de elogios múltiplos entre dois homens que se respeitam. O encontro demorou cerca de 25 minutos, depois da cerimónia protocolar da chegada de Soares à Union Buildings e antes da troca de condecorações. Com Maria Barroso ao lado de Soares e Rochelle Mtirara, princesa do Themvu e neta de Mandela, que há algum tempo faz o papel de primeira dama. Uma cerimónia que ficou ainda registada pelo currículo de Soares lido aos presentes. O presidente português foi primeiro-ministro entre 76/78 — o que é verdade —, mas não foi nesse período que se iniciou o processo de descolonização, como foi referido. Só os portugueses notaram a "gaffe".

Mário Soares encontrou-se também com o vice-presidente Thabo Mveki e ofereceu uma recepção à comunidade portuguesa. O habitual numa visita de Estado. Num dia que terminou com o banquete oficial e os discursos presidenciais. Soares por Timor, Angola e Moçambique, Mandela só por Angola e Moçambique. É um mundo feito de homens. ■



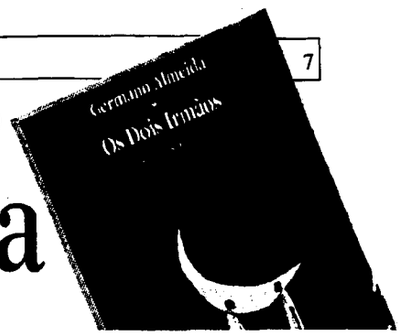
Mandela defende embargo à Nigéria

PÚBLICO, 19.11.95

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, aumentou ontem a pressão sobre o regime nigeriano, ao anunciar que estão a decorrer contactos a alto nível para impor sanções económicas e um embargo petrolífero internacional contra aquele país. Mandela disse ter recebido uma resposta positiva do Presidente norte-americano, Bill Clinton, sobre a sua proposta de embargo petrolífero, que constitui uma reacção à execução, na semana passada, de nove opositores do regime nigeriano. "Não estou pessimista. A resposta do Presidente Clinton foi positiva", declarou Mandela, referindo-se a uma conversa telefónica que mantivera na véspera com o seu homólogo norte-americano. O Presidente da África do Sul explicou a Clinton que os Estados africanos não estão em condições de pressionar o regime do general Sani Abacha como podem fazer os parceiros comerciais da Nigéria. "Disse-lhe que estou furioso com o que Abacha fez, apesar de todos os nossos esforços, e com o seu comportamento, que constitui uma afronta para a Commonwealth e para os outros dirigentes" internacionais, acrescentou Mandela. ■

Germano Almeida, romancista cabo-verdiano, publica "Os Dois Irmãos" e fala ao PÚBLICO

A máquina justiceira



PÚBLICO, 21.11.95

Torcato Sepúlveda

André, emigrante cabo-verdiano em Portugal, recebe uma carta do pai a contar que encontrara a mulher dele fazendo amor com o irmão. Tragédia na família, tragédia na aldeia. André, já muito afastado da ilha de Santiago, vai a Cabo Verde ver o que se passa. O irmão nega. A mulher nega. Porém, pai e amigos rejeitam-no porque ele não se vinga. Ele não se quer vingar. Mais de duas semanas depois, dá facadas no irmão para voltar a ser alguém. A lei condena-o. A ele, que para a lei era um criminoso, mas para os conterrâneos um herói. Germano Almeida, o procurador da República que condenou André, conta a história, história terrível que o romancista cabo-verdiano arrastava há anos. "Agi como peça de uma máquina justiceira, sem a necessária compreensão do homem que estava a julgar", confessa.

O romancista cabo-verdiano Germano Almeida acaba de publicar a novela "Os Dois Irmãos". O leitor português já está familiarizado com ele, pois a Caminho, a sua editora em Portugal, já pôs no mercado títulos tão importantes como "O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo", "O Meu Poeta" e "A Ilha Fantástica". Germano Almeida, nascido na ilha da Boavista, é advogado e foi outrora — pormenor não despiciendo para entender "Os Dois Irmãos" — procurador da República em Cabo Verde. Tem 50 anos cheios de memórias e revoltas. Acreditou nos benefícios da independência. Revoltou-se depois contra o regime de partido único do PAIGC-PAICV, aderindo à frente popular Movimento para a Democracia (MpD), pelo qual foi eleito deputado. Que fazer? A inquietação é muita e rompeu também com o MpD. É hoje deputado independente próximo do PCD, cisão do MpD. Não se candidatará, no entanto, às próximas eleições legislativas. Mas fará propaganda pelos seus companheiros cisionistas. Porque, diz: "Enquanto não vir no meu país uma democracia para todos, tenho direito de continuar a criticá-lo." Agora, em "Os Dois Irmãos", conta a história de um fratricídio que o andava a incomodar.

PÚBLICO — Quando, em "Os Dois Irmãos", trata o fratricídio, é metáfora da sociedade cabo-verdiana? Pensou nisso?

GERMANO ALMEIDA — Não pensei. Ficcionei este assassínio de um irmão por outro, sem extrapolar para uma possível divisão da sociedade cabo-verdiana.

P. — No entanto, em relação ao crime parece haver uma crítica à forma como a justiça foi feita. Isto é, André parece não ter sido bem julgado.

R. — Sim, há uma crítica. Nós, em Cabo Verde, mantemos a justiça de Portugal, a justiça que o colono transportou para lá. Aliás, desde sempre, Cabo Verde teve leis da metrópole. Enquanto nas outras colónias havia às vezes leis próprias — não sei em que medida levariam em conta os costumes locais —, em Cabo Verde foram sempre aplicadas as da metrópole. Ora, sabemos que o cabo-verdiano é o resultado da mistura de europeus e africanos. Mas as leis que se aplicavam eram as de origem europeia. No caso de "Os Dois Irmãos", no caso deste fratricídio, tive consciência — devo avisar que consciência posterior — de que não tínhamos feito justiça ao André. Isto é, André, que para nós era um criminoso, para os da sua aldeia era um herói. André, a partir do momento em que decidiu desafiar o irmão e lavar a honra, lavá-la com sangue, não necessariamente matar — pois a questão não se põe apenas na morte, mas em ferir, em ver sangue, em ter provocado sangue —, depois de lavar a sua honra, fica outra vez um homem. Enquanto não fez isso acabou por sofrer uma espécie de banimento da aldeia. Porque após o possível adultério entre o seu irmão e a sua mulher, enquanto não se vingasse ele ficava ninguém. Um homem que não se respeita, que não se dá ao respeito.

P. — Mas ele não tem a certeza de que a mulher e o irmão tivessem dormido juntos. Eles negam.

R. — Ele não tem a certeza, mas foi o pai dos dois rapazes que o disse, e para a aldeia a palavra do pai, do velho, é sagrada. Quem se permite pô-la em causa? É um direito de facto. Ninguém se atreve a contestar o velho.

P. — Diz, através da personagem do advogado, que o tribunal fala uma língua estrangeira, língua críptica. O advogado afirma até que os réus saem do tribunal sabendo apenas se estão condenados e em quantos anos de prisão.

R. — É coisa de que tive consciência no tribunal, tanto enquanto procurador como advogado. Aconteceu-me diversas vezes — nos últimos tempos creio que já se vai utilizando o crioulo nos julgamentos; e em Cabo Verde as pessoas têm tendência a usar o português mesmo quando não o compreendem —, mas aconteceu-me diversas vezes ter que avisar o juiz de que a resposta do réu era disparatada. Ele fingia ou pensava que tinha entendido, mas era mentira. E o juiz, autoritário: "Ele já respondeu." Defendo que, em certas circunstâncias, deveria haver tradutores entre crioulo e português para transmitir aos réus a linguagem críptica dos tribunais.

P. — "Os Dois Irmãos" é, de todos os seus livros, o menos humorístico. O humor não está dele ausente: o advogado tem humor, critica a sistema. Mas é o romance triste, se o compararmos com os outros. Porquê?

R. — O tema não dava para ser irónico. Um fratricídio... Baseado num caso real...

P. — Lembro-lhe que, em "A Ilha Fantástica", trata casos trágicos com sarcasmo...

R. — Talvez por não os ter vivido tão directamente. Não me senti alegre ao escrever este romance. Escrevi-o por necessidade. Fui o procurador que condenou André. Tive necessidade de me libertar de André. Não me sentia feliz.

P. — André foi condenado?

R. — Foi condenado em grande parte por minha causa. "A posteriori" comecei a suspeitar de que não tinha entendido André. Agi como peça de uma máquina justiceira, sem a necessária compreensão do homem que estava a julgar. E então criei a personagem do advogado que, mesmo de forma irónica, seria capaz de mostrar que há outro lado. Não apenas o do acusador que está lá para condenar.

P. — Há outro advogado, em "O Meu Poeta", que sustenta a mesma posição: lei não é justiça.

R. — Eles são aquilo que eu, hoje — já não sou procurador da República e exerço advocacia —, sou como advogado. Esses dois advogados estão próximos um do outro, e próximos também do advogado que eu sou agora, mas longe do que fui enquanto membro do Ministério Público.

P. — Em "Os Dois Irmãos" há uma personagem, Borges, que você apresenta como rebelado (gente que cortou com a Igreja Católica ainda no tempo do colonialismo — ver PÚBLICO Magazine de 9-7). Considera que os rebelados são um exemplo do que os cabo-verdianos deveriam ter sido, como desejável continuidade de revolta contra o colonialismo e contra o partido único?

R. — Talvez, talvez... O Borges é uma personagem que conhecemos no processo, como nome apenas, porque ele nunca apareceu. Nunca o vimos no tribunal, escapou-se. Conheci alguns rebelados na ilha da Boavista quando era rapazote, com 15 ou 16 anos. Gente boa, calada, pacífica. Não faziam mal aos bichinhos, às baratas, às formigas, aos ratos, às moscas. Os bichinhos tinham direito de viver como nós. A Igreja Católica atacou-os. O regime colonial não os entendeu e espalhou-os pelas ilhas. Achei, por isso, que a atitude esquiva de Borges poderia ser a de um rebelado. Nunca soube se o era ou não. Porém, de acordo com a necessidade narrativa, poderia sê-lo.

P. — O tempo narrativo de "Os Dois Irmãos" é o do partido único, o PAIGC-PAICV?

R. — Sim, sim.

P. — Noutro romance, "O Meu Poeta", faz o retrato irónico desse tempo do partido único. Que lembra "Mil Novecentos e Oitenta e Quatro", de Orwell. Um Orwell macio, mas Orwell. Um Orwell cruzado de Acácio queiroziano. É verdade?

R. — Sou um leitor voraz de Eça de Queiroz. Conheço bem a personagem do Conselheiro

Continua na pág. seguinte

Cont. da pág. anterior

A máquina justiceira

Acácio. Admito que "O Meu Poeta" haja sofrido a influência do clássico português. Não talvez conscientemente, mas um escritor fica com imagens.

P. — Não é uma cópia...

R. — Claro, claro. Aceito que esse lado caricatural do Conselheiro Acácio se tenha transferido para "O Meu Poeta". Quis criar o poeta como uma caricatura.

P. — A sociedade mindelense sai de "O Meu Poeta" em sangue: pelo lado habitual de viver, diria Salazar; também pela hipocrisia; e pela decadência mariaiva. Isso é imaginação ou o Mindelo é assim descontrolado sexualmente?

R. — Em Cabo Verde, o mais difícil é ficcionar a realidade. A realidade é tão ficcional que a gente pode escrever sobre ela sem inventar. Quase todas as situações que narro em "O Meu Poeta" são de ouvir contar. Vivemos numa sociedade muito promíscua, mas por outro lado muito... muito...

P. — ... machista, diz você nos livros.

R. — Machista, sim, e muito hipócrita. Isto é, pode fazer-se tudo, desde que se faça escondido. Quis denunciar isso.

P. — É típico da sociedade mindelense ou da sociedade cabo-verdiana no seu conjunto?

R. — Da sociedade cabo-verdiana. É natural que o Mindelo seja uma cidade mais prà-frente. Por outro lado, tem essa outra faceta: deve dar-se uma aparência de conservadorismo, de vida recatada, embora se possa viver em desregramento. A sociedade defende-se.

P. — Acha que a literatura cabo-verdiana se urbanizou? Que passou do campo para a cidade?

R. — A nossa literatura saiu das fraldas da cidade e do campo para o meio urbano. Isto não significa um corte com a literatura do movimento Claridoso. As preocupações são do mesmo tipo, embora viradas noutra direcção. Enquanto os claridosos se preocuparam com o meio rural, com o subúrbio, temos hoje uma literatura que irrompeu no centro da cidade.

P. — Pertence a uma geração literária que pretende dar voz à gente que cresceu na pós-independência. Que já não faz literatura realista que canta a guerrilha, as matas guineenses. Dilo em "O Meu Poeta". Mas, também em "O Meu Poeta", surgem os miúdos das revoltas estudantis. Eles já têm representantes literários?

R. — Aparecem...

P. — Um dia não serão tão castigados como hoje castigam a literatura realista da mata e da independência?

R. — Penso que sim. As gerações mais jovens têm preocupações diferentes das nossas. Há movimentos que surgem, mas que ainda não produziram qualquer coisa que a gente perceba o que significa de facto. Que nos estão a castigar... ainda não. É natural que, mais tarde ou mais cedo, isso aconteça. Natural e desejável.

P. — Sempre foi hipercrítico em relação a Cabo Verde. O único livro no qual demonstra bonomia ante o seu país é "A Ilha Fantástica". Ora, quando se olha Cabo Verde de fora não temos a sensação de que seja assim tão mau. Se compararmos Cabo Verde com a outra África, lusófona ou não... O país funciona, administra bem as ajudas e as remessas dos emigrantes... Qual é o verdadeiro Cabo Verde?

R. — É capaz de ser as duas coisas. Criticamos aqueles de quem gostamos. Comparamos Cabo Verde com quem? Se compararmos Cabo Verde com qualquer país africano, estamos dois ou três pontos acima; se o compararmos com qualquer país da Europa, ficamos cinco ou seis pontos abaixo. Por que é que devemos nivelar por baixo em vez de nos esforçarmos por nivelar por cima, sendo isso possível?

Por exemplo, no campo da literatura: se compararmos os escritores cabo-verdianos com as literaturas europeias, talvez não saiamos muito mal. Mas a maior parte poderia publicar muito mais. São preguiçosos. Mais: mostram-nos como exemplo de transição pacífica para a democracia. É verdade. Mas em que medida instituímos a democracia em Cabo Verde? Em que medida as formas de repressão que existiam no tempo colonial não persistem? Não tão claramente como nessa época ou na do partido único. Mas persistem: transferindo o funcionário público; dezenas de pessoas convidadas para se candidatarem às próximas eleições legislativas recusaram porque são ameaçadas pelo partido que está no poder [MpD]. Gostamos de Cabo Verde, não podemos é continuar a dar dele uma visão idílica.

P. — A democracia é sempre incompleta, em França, ou na Alemanha, em Portugal ou em Cabo Verde. Não estará a colocar a fasquia alta?

R. — E se estiver a colocá-la alta? Enquanto não vir no meu país uma democracia para todos, tenho direito de continuar a criticá-lo.

P. — O escritor tem um papel social a desempenhar?

R. — Sim. Não se escreve impunemente. Tem-se sempre alguma mensagem. Não há textos inocentes.

P. — Há diferença entre a literatura de propaganda e a literatura-literatura.

R. — Não sei se há. "O Meu Poeta" é um romance propagandístico?

P. — Não.

R. — É capaz de ser.

P. — Só se considerar que "Mil Novecentos e Oitenta e Quatro", de Orwell, é propagandístico. Depende dos métodos que se utilizam. Se um romance me faz pensar para além da minha circunstância, não é propaganda; se me deixa na minha circunstância, é.

R. — Talvez, não sei. A distinção é difícil. Pensei que "O Meu Poeta" seria um livro de circunstância, datado.

P. — Não é. Nada nos diz que você, em Cabo Verde, e eu, em Portugal, não estaremos um dia sujeitos a um sistema totalitário. "O Meu Poeta" pode acontecer em qualquer país: um regime idiota que permita a ascensão de um idiota, política e literariamente.

R. — Talvez tenha razão. "O Meu Poeta" foi o livro meu mais vendido em Portugal... A verdade é que pensava que a democracia em Cabo Verde seria, não para os meus filhos, mas para os meus netos...

P. — A posição da personagem Vasco.

R. — Pois [risos]. Mas que também era um bocado a minha posição.

P. — Vasco dizia que era necessário criar uma classe burguesa, independente do Estado, para se opor ao partido único...

R. — Ainda penso assim. O político que estiver ligado ou dependente do Estado ficará condicionado, cederá. Mesmo que não se venda, terá que ceder. Sou e fui independente do Estado porque sou advogado: as pessoas podem não gostar de mim, mas necessitam dos meus serviços.

P. — Com o fim da ditadura, a ficção cabo-verdiana, essencialmente metafórica — veja-se "O Meu Poeta" ou "O Eleito do Sol", de Arménio Vieira (ed. port. Vega) — não estrebuchará por falta de inimigo?

R. — Não. Não sofrerá com o regime pluripartidário. Nunca se proibiu escrever em Cabo Verde. As restrições estão na cabeça das pessoas. Nunca houve verdadeira repressão ao que se escrevia. Publicámos a revista "Ponto & Vírgula" sem pedir licença a ninguém. Havia umas leis coloniais que obrigavam a enviar os textos à censura — revistas ou livros — antes da publicação. Nunca o fizemos, nunca nos chatearam. O problema é que as pessoas se sentiam auto-reprimidas. E essa autocensura vai continuar em Cabo Verde. As pessoas perguntar-se-ão, durante muito tempo, até onde podem ir. Mas esta dúvida, para mal de todos os governos, traduz-se muitas vezes numa outra: até onde se aguenta.

P. — Na sua obra refere a necessidade da construção de uma identidade nacional. Ora é difícil encontrar um povo mais identificável do que o cabo-verdiano. Parece tão parecido com o português que existe há centenas de anos e tem medo de não existir...

R. — Falamos muito da caboverdeanidade. Temos valores, mas do mesmo passo desprezamo-los. Felizmente, temos uma ideia mítica da cabo-verdeanidade, que — depois da independência — deveria ter sido mais fomentada. A cabo-verdeanidade existe ao nível do sentimento. Se me perguntar o que é ser caboverdiano, sou incapaz de dizer.

P. — E se me perguntar o que é ser português? Digo que é o fado? Ridículo.

R. — [Risos.] Sentimento de pertença temos, mas é muito mais sentido do que racionalizado. Orgulhamo-nos de ser caboverdianos, mas não das coisas cabo-verdianas. Por exemplo: a Cesária ser conhecida no mundo deveria ser motivo de orgulho para nós. Mas não é muito. É nesse sentido que falo. É isso que nos falta.

P. — Tem a certeza de que falta?

R. — Falta, sim. ■

O papel das Nações Unidas nos conflitos de hoje

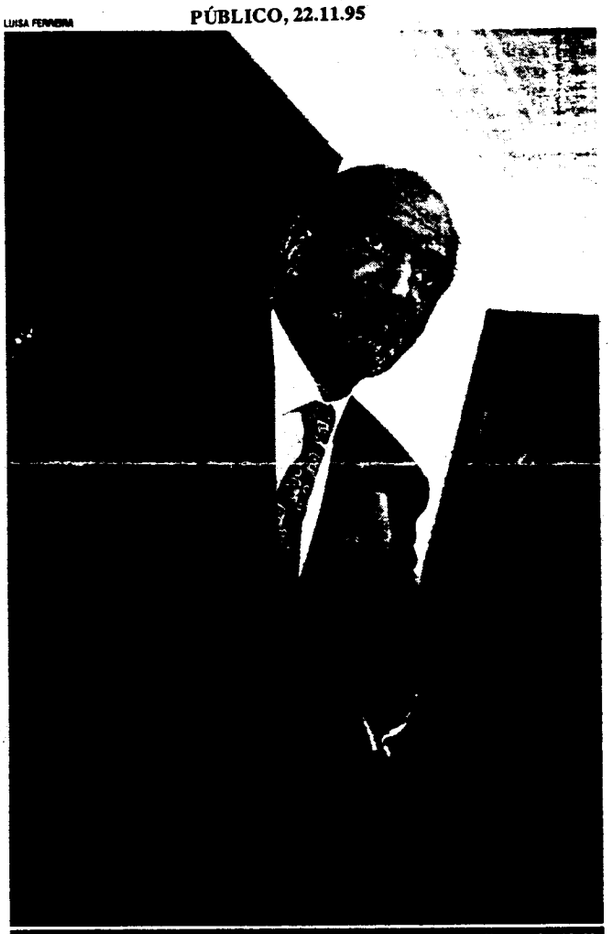
Um cabo-verdiano nos Grandes Lagos

PÚBLICO, 22.11.95

Jorge Heitor

O embaixador de Cabo Verde em Lisboa descreveu ao PÚBLICO a sua experiência de três meses como enviado especial do secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, à região dos Grandes Lagos. A sua missão era ver o que é que as Nações Unidas poderiam fazer pelo Ruanda e pelo Burundi. Mas, aparentemente, nem todos os regimes da região confiam na ONU, havendo quem prefira recorrer primeiro aos bons ofícios de Jimmy Carter.

LUISA FERREIRA



Embaixador José Luís Jesus: há desconfianças quanto à mediação da ONU

José Luís Jesus, embaixador cabo-verdiano em Portugal e um dos participantes na XIII Conferência Internacional de Lisboa, que hoje começa, por iniciativa de Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, comunicou ao secretário-geral das Nações Unidas não haver, por agora, condições para uma grande conferência internacional com vista a conseguir a paz no Ruanda e no Burundi.

O diplomata, nascido há 45 anos na ilha de Santo Antão, licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e com um mestrado em Governação e Política pela Universidade Saint John, de Nova Iorque, termina oficialmente esta semana uma missão de três meses de que fora encarregado por Butros-Ghali. Pretendia-se apurar o que é que se seria possível fazer pela região dos Grandes Lagos.

Antigo representante de Cabo Verde nas Nações Unidas, com assento no Conselho de Segurança durante os anos de 1992 e 1993, José Luís Jesus presidira anteriormente à comissão preparatória do Tribunal Internacional do Direito do Mar, que vai funcionar em Hamburgo, e da Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, encarregada de gerir os recursos desse património comum da humanidade.

Agora, porém, no seu périplo pelo Ruanda, Burundi, Uganda, Quénia, Zaire e Tanzânia, a sua capacidade de liderar processos de negociação a nível político-diplomático não chegou para ultrapassar as barreiras que encontrou, pelo menos, em dois desses países. Os ruandeses ainda não têm a casa suficientemente arrumada para que possam começar a planear o futuro; e os ugandeses desconfiam da mediação da ONU, alegando que, por intermédio desta, uns quantos países alheios à região iriam exercer a sua influência no interior da África.

Carter dribla a ONU

Yoweri Museveni, o homem que está a enfrentar grandes dificuldades para conseguir manter alguma coesão no Uganda, preferiu depositar as suas esperanças no antigo Presidente norte-americano Jimmy Carter. Este anunciou, na segunda-feira, uma cimeira, a realizar no Cairo, encarregada de acabar com os conflitos no Ruanda e no Burundi, que são desde há décadas uma fonte de instabilidade regional.

Afirma Carter, desde ontem em digressão pela região, que, de 28 deste mês a 2 de Dezembro, se verá no Egipto que nível de compromisso poderão assumir os dirigentes ruandeses, burundeses, zairenses e ugandeses, isto é, os que até agora se comprometeram a comparecer. E diz ter já a promessa do marechal Mobutu de que deterá os hutus que forem considerados culpados por um tribunal que está a investigar o grande genocídio do ano passado, que teria vitimado quase um milhão de ruandeses, muitos deles pertencentes ao grupo populacional tutsi.

Assim, só depois de verem o que é que resulta, ou não, de iniciativas individuais como as do antigo Presidente dos EUA, as Nações Unidas, em coordenação com a Organização de Unidade Africana (OUA), retomarão as suas diligências. O objectivo é voltar a analisar se será possível organizar uma conferência regional para a estabilidade, segurança e desenvolvimento dos povos ribeirinhos dos Grandes Lagos.

José Luís Jesus disse ao PÚBLICO que o Governo do Ruanda, onde predomina a Frente Patriótica do general tutsi Paul Kagamé, precisa de mais algum tempo para enfrentar o problema de dois milhões de refugiados, essencialmente em território zairense, antes de entrar em negociações sobre a partilha do poder, alargando-o a outras facções.

O embaixador, cuja missão decorreu no âmbito do capítulo VIII da Carta da ONU — e não no do capítulo VII, ao abrigo do qual se levou a cabo a malograda intervenção na Somália —, não entendeu muito bem as reservas do antigo chefe de guerrilha Museveni. Surpreende-o que este prefira confiar em personalidades como Carter, o antigo Presidente tanzaniano Julius Nyerere ou o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu.

Cultura da tolerância

O mais prestigiado dos actuais diplomatas cabo-verdianos declarou-nos que a desconfiança e a falta de uma cultura de tolerância são os principais factores dos constantes atritos entre as minorias tutsis e as maiorias hutus, do Ruanda e do Burundi, pequenos países do interior de África que, de 1918 a 1962, foram administrados pelos belgas, como apêndices do Congo-Leopoldville, actual Zaire.

No entender de José Luís Jesus, o que tem faltado muitas vezes em África, assim como noutros continentes, é saber-se tomar devidamente em consideração todas as condicionantes locais, de forma a criar sociedades harmónicas. Não dá resultado adoptar, pura e simplesmente, o sistema de governação pelo partido que obtém a vitória eleitoral, sem ter em conta outros aspectos.

"Os conflitos nacionais aparecem porque há exclusão deste ou daquele grupo social", mas não se pode negar os direitos das minorias. Acontece que muitos países africanos não constituem uma nação unificada e o voto não reflecte a adesão a este ou àquele programa partidário, mas sim a pertença a determinado grupo étnico, religioso ou social.

"Há que tomar em conta as várias componentes da sociedade, a étnica, a política e a económica", insistiu o nosso interlocutor, para quem "uma maioria tem de ser qualificada", pois não serve o simples princípio de que quem tem maioria eleitoral governa. As duas grandes causas dos problemas visíveis em muitos territórios seriam, portanto, a falta de instituições democráticas e a negação dos direitos políticos das minorias.

Referindo-se de novo às dificuldades das Nações Unidas como medianeiras e, ainda mais, em impor condições para a resolução de determinados conflitos, ao abrigo do capítulo VII da Carta, José Luís Jesus reconheceu que uma coisa é a teoria e outra a prática: "O caso da Somália redundou numa 'débâcle' total, porque houve erros fundamentais ao nível da implementação" do que fora decidido pelo Conselho de Segurança. Por outro lado, são quase raros os países que aceitam agora contribuir de modo significativo para as forças das Nações Unidas: "Principalmente depois da Somália, é difícil..."

Na XIII Conferência Internacional de Lisboa, a decorrer, numa das salas da Fundação Gulbenkian, de hoje até sexta-feira, sob o lema "A União Europeia e as Nações Unidas", participa também o italiano Aldo Ajello, amigo do Presidente Mário Soares. Ele foi o representante de Butros Butros-Ghali que coordenou uma das poucas operações da ONU que tiveram êxito: a de Moçambique.

O alemão Uwe Nerlich, a francesa Anne-Marie Le Gloannec, o britânico John Roper e o português José Medeiros Ferreira são alguns dos outros intervenientes previstos. ■

Os refugiados no Zaire

A 39 DIAS de expirar o prazo fixado pelo Governo zairense para a partida de um milhão de refugiados ruandeses instalados no seu território, não se notava, em Goma, no Leste do país, nenhum indício significativo de que estivessem de abalada, ou perto disso, os cerca de 700 mil refugiados ali concentrados, constatou um enviado especial da Agência France Presse, Mario Fiorito. O Governo zairense estabeleceu o limite de 31 de Dezembro para os refugiados ruandeses deixarem o país de Mobutu.

As autoridades locais, que tinham temporariamente fechado a fronteira entre Goma e Guisenyi, no Ruanda, confirmaram a Fiorito, no princípio desta semana, que os refugiados que optem por regressar voluntariamente ao seu país não serão impedidos de passar por ali. A restrição destinava-se apenas a facilitar uma investigação sobre uma rede de "terroristas ruandeses de etnia tutsi" a operar em Goma, indicou Moto Mupenda, governador da província do Kivu Norte. A verdade é que naquela fronteira não passa mais de uma centena de ruandeses por dia, de regresso ao seu país, depois do êxodo de há um ano e meio.

Mupenda não escondeu que a situação continua extremamente tensa com o "vizinho ruandês", numa altura em que o antigo Presidente norte-americano Carter pretende reunir no Cairo, na semana que vem, os dirigentes do Uganda, do Zaire, do Ruanda e do Burundi (ver texto principal). Kinshasa e Kigali não deixam de se acusar mutuamente, numa guerra de ondas que se arrasta há semanas, de promover uma contra a outra acções de terrorismo. ■

Mário Soares optimista encontra Desmond Tutu

Há esperança no Cabo

PÚBLICO, 22.11.95

Do nosso enviado Raul Vaz na Cidade do Cabo

À chegada ao Cabo, estava Desmond Tutu. O melhor para acabar um dia com política e cultura. Soares gostou. Gostou de ouvir que Portugal é um parceiro ideal da África do Sul nas relações com a UE. Porque a política também é feita de "lobbying". E há Angola e Moçambique. E Desmond Tutu. Que sabe rir e bebe cerveja. Porque a vida tem outras coisas...

A parte política está cumprida e Mário Soares deixou ontem Pretória optimista. Os encontros com o líder do Inkhata e ministro dos Assuntos Internos, Mangusutho Buthelezi, e com o ministro dos Recursos Hídricos e Florestais, Kader Asmal, abriram, pelo menos em teoria, portas de futuro. Portugal parece um parceiro que interessa. Não só nas relações com Angola e Moçambique, mas também e cada vez mais com a Europa. Foi isso que os responsáveis pelo Governo de Pretória transmitiram a Soares. Disseram o que poderá parecer estranho, mas faz algum sentido — o relacionamento da África do Sul com o bloco da União Europeia passa, numa primeira fase, por Lisboa.

Portugal não é só um país que exporta mão de obra capaz, é membro da UE e pode ser o parceiro da República da África do Sul na acção de "lobby" com que também se faz política. Foi essencialmente isto que ontem foi dito e, de certa forma, proposto a Mário Soares. Por Buthelezi e por Asmal, mas também por Dawie De Villiers, número dois do Partido Nacional e braço direito de De Klerk, com quem o presidente também ontem falou. Foi ele o mais persuasivo, foi quem de uma forma mais clara abriu o jogo — Pretória quer abrir as fronteiras políticas e comerciais à Europa, Pretória tem cartas para a troca. Há Angola e Moçambique, há um contrato que ambos os países podem cumprir. Cabora Bassa, por exemplo e já. A África do Sul espera que a central entre no seu ritmo normal, Portugal tem muitos dólares investidos no projecto. É apenas um exemplo de rendimento a curto, médio prazo. Portugal é — disse Villiers a Soares — mais desejado do que a Inglaterra. Porque é um país pequeno, que faz menos sombra.

Há depois um universo apreciável que já não passa pelos tradicionais elogios ao bom comportamento dos trabalhadores portugueses. Vem a cultura, que sensibiliza Soares. Ontem, na Universidade Sul-Africana, em Pretória, o presidente recebeu mais um "honoris causa". A cerimónia é e foi como as outras. Mas houve estímulo, intenções de não esquecer a Língua Portuguesa. Soares ofereceu livros, os professores deram a garantia de que as palavras escritas não vão ficar na prateleira. Com Buthelezi presente, Mário Soares falou num improviso que vinha de algumas notas dos discursos lidos pelos que elogiaram o caminho político do homenageado. A liberdade fica, nesta visita, como a palavra mais vezes pronunciada por Soares. Ontem, na universidade, mais uma vez.

Num dia de contactos políticos, antes de se entrar na História. Que na chegada à Cidade do Cabo encontrou Desmond Tutu. O bispo prémio Nobel da Paz esperava Soares na recepção oferecida pelo Presidente. Tutu vale a pena: bebe cerveja, diz duas palavras em português e ri. Falou com Soares e o Presidente também riu. Talvez o melhor de um dia em que se vagueou entre a cultura e a política. Duas das coisa que mais fazem Soares sentir vontade. A imprensa sul-africana prefere as confissões de Lady Di. É primeira página nos principais jornais. Hoje, o Presidente vai dobrar o cabo da Boa Esperança. ■

Sam Nujoma nos bastidores da visita de Soares a Angola

Luanda e as datas cruzadas

PÚBLICO, 23.11.95

Mário Soares dobrou o cabo da Boa Esperança. Num dia sem contactos políticos de relevo. Notícia continua a ser a visita do Presidente a Angola. Com guerra de datas de permeio. Sabe-se que Sam Nujoma trabalhou nos bastidores, para quebrar o gelo entre José Eduardo dos Santos e Soares.

Mário Soares deixou ontem a cidade do Cabo para uma visita a Mossel Bay, uma homenagem a Bartolomeu Dias e um passeio de barco que levou parte da comitiva ao Cabo da Boa Esperança. Um dia sem contactos políticos de relevo, apenas com alguns encontros protocolares. Notícia é ainda a próxima visita do Presidente da República a Angola, com informações contraditórias em relação à data da chegada de Soares a Luanda. Como o PÚBLICO avançou esta semana, os contactos diplomáticos feitos por Lisboa apontam 27 de Dezembro como início da visita. Ontem, num despacho/Lusa da capital angolana, eram referidos problemas de agenda do Presidente José Eduardo dos Santos, pelo que — segundo a agenda noticiosa — é "de crer que a visita ocorra apenas na primeira quinzena de Janeiro".

O mesmo despacho adianta que a vitória do PS nas legislativas terá aproximado as partes e facilitado a realização da viagem. Independentemente do eventual efeito da alteração introduzida pelas eleições de Outubro no relacionamento entre as duas presidências, houve contactos internacionais que contribuiram para a aproximação do Futungo de Belas a Belém e o consequente convite oficial a Soares. Uma das mais importantes pressões foi feita pelo Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, personalidade com influência junto de Eduardo dos Santos.

Nujoma esteve em Outubro em Lisboa, já depois das legislativas, e encontrou-se com Mário Soares. A partir daí, o Presidente da Namíbia desenvolveu esforços no sentido do desanuviamento das relações entre Soares e José Eduardo dos Santos. Tudo feito, pelas circunstâncias, no normal sigilo e apenas com conhecimento dos canais diplomáticos.

Certo é que tanto o Governo português como Soares apostam que a viagem se faça até ao fim do 1995, de modo a permitir ao Presidente passar o ano em Luanda, com todo o peso simbólico que o acto teria. Soares poderia, como o PÚBLICO também já noticiou, encontrar-se em separado com Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, o que deverá acontecer, mesmo que a agenda do Presidente angolano altere as datas de Lisboa.

A matéria continua a ser tratada ao pormenor pelo MNE português, de acordo com a Presidência e em função da importância reconhecida ao assunto.

Até lá, Mário Soares prossegue a sua visita à África do Sul, com toda a comitiva a reencontrar-se hoje em Port Elizabeth. Antes de amanhã se partir para as Seychelles, algum tempo antes de Soares visitar oficialmenmte a Costa do Marfim, Macau e o Japão. Até Luanda resolver a guerra das datas. ■

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução / Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

IMPRESSO